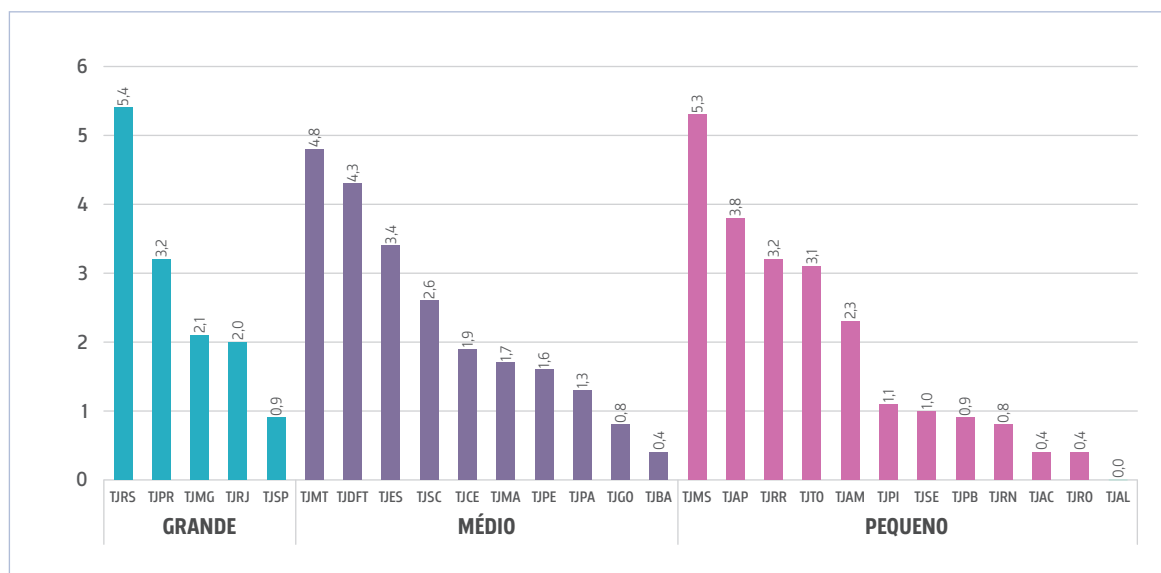


Em dados proporcionais à quantidade de mulheres residentes por unidade da Federação, os tribunais que apresentaram as maiores médias a cada mil mulheres residentes foram o TJRS (5,4), o TJMS (5,3), o TJMT (4,8) e o TJDFT (4,3).

As menores proporções foram verificadas no TJBA, no TJRO e no TJAC (0,4 medidas protetivas a cada mil mulheres residentes), sendo que o TJGO, o TJRN, o TJPB e o TJSP também apresentaram baixas proporções, ficando abaixo de uma medida protetiva expedida a cada mil mulheres residentes.

Gráfico 7 – Quantidade de medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor, a cada mil mulheres residentes no estado, de acordo com o porte dos tribunais, em 2016



Fonte: Informação prestada pelos Tribunais (Portaria n. 15/2017), DPJ/CNJ 2017

4.3. PROCESSOS QUE TRAMITARAM EM 2016

Em 2016 tramitaram na Justiça Estadual do país 1.199.116 processos referentes à violência doméstica contra a mulher.⁸ Isso corresponde, na média, a 11 processos a cada mil mulheres, ou 1 processo a cada 100 mulheres brasileiras. Evidentemente essa distribuição não é aleatória, havendo fatores sociais que ajudam a compreender não apenas o perfil de vitimização, mas, sobretudo, o de denúncia.

⁸ A quantidade de processos que tramitaram é dada pela soma do total de casos baixados em 2016 e o total de casos pendentes em 31/12/2016. Foram contabilizadas, nessa soma, tanto as ações penais (de procedimento ordinário e sumário), quanto as medidas protetivas de urgência.